

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Sérgio Ricardo Gaspar
sergio.gaspar@usp.br

RESUMO: Os empreendimentos econômicos solidários (EES) são possibilidades para a inserção social e econômica para grupos tradicionalmente excluídos das sociedades capitalistas. Assim, ações públicas como a Incubadora de Empreendimentos Públicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo (IPEES) são relevantes para a capacitação e emancipação destes grupos com a geração de emprego e renda. A pesquisa posta aprofundou e questionou sob a ótica do gestor da política pública como esta é afetada pelas condicionantes políticas, as relações típicas e hierarquizadas estatais frente a uma capacitação que visa uma organização mais horizontalizada e de atores com capacidade de influenciar o poder de decisão. Para tanto determinou-se o uso da pesquisa exploratória e aplicando-se entrevista semiestrutura com perguntas abertas fundamentadas em roteiro pré-determinado a gestora da IPEES. O que permitiu a obtenção de informações da estruturação, das relações institucionais, dos atores envolvidos e da contextualização deste projeto de política pública municipal de desenvolvimento regional. Conclui-se que a IPEES presta relevante papel social já que, traz ao debate o papel do Estado

como fomentador de EES, o empoderamento de grupos historicamente excluídos pela valorização social do trabalho e geração de renda, perpassado pela questão da gestão pública aplicada a EES.

PALAVRAS-CHAVE: empreendimento econômico solidário; economia solidária; incubadora de empreendimento econômico solidário; política pública.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo aqui exposto discorrerá sobre a Incubadora de Empreendimentos Públicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo (IPEES) sob a ótica do gestor da política pública. A metodologia escolhida foi a exploratória, tendo em vista a limitada literatura a respeito, e, para que melhor fosse analisado o objeto aplicou-se uma entrevista semiestrutura com perguntas abertas baseadas em roteiro pré-determinado. O que possibilitou a obtenção de informações mais aprofundadas sobre a estruturação, as relações institucionais, atores envolvidos e contextualização deste projeto de política pública municipal de desenvolvimento regional.

O texto a seguir possui um referencial teórico que contempla a economia solidária e

seus principais ícones como primeiro tópico, aborda também o empreendedorismo social como segundo tópico, ainda discorre sobre políticas públicas em economia solidária na esfera municipal no terceiro, e por último explana sobre incubadora pública de empreendimentos solidários destacando o exemplo paulistano. E, por fim, o estudo aclara a metodologia empregada, seguido da discussão de resultados entre a entrevista concedida pela coordenadora pedagógica e o referencial teórico, de modo a subsidiar a conclusão do artigo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do presente estudo está dividido em quatro segmentos, apresentando-se inicialmente a conceituação de economia solidária, seguido pelo de empreendimento social, um terceiro explicando a institucionalização das políticas públicas voltadas a economia social, e no quarto segmento versa sobre a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo.

2.1 Economia Solidária

Para Lima e Souza (2014, p. 146) o movimento da Economia Solidária (ES) tinha como cerne a implantação de associações e cooperativas voltadas ao combate ao desemprego, à inclusão de jovens, idosos e excluídos do mercado de trabalho, aplicando formas de autogestão na organização do trabalho e da propriedade coletiva dos meios de produção, em uma economia distinta da capitalista, mas funcionando dentro desta última.

Segundo França Filho (2002 b), a noção de ES baseia-se na concepção moderna de solidariedade, originária do movimento associativista operário do século XIX na Europa que se consubstanciou em resistência popular e abriu espaço para experiências solidárias influenciadas pelo ideário mutualista. França Filho (2002a, p. 13) aponta que a ES implica no questionamento de relação entre economia e sociedade, colocando como regulação alternativa a “questão de escolha de um projeto político de sociedade, na medida em que articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas múltiplas fontes de captação de recursos”.

França Filho (2002 b) defende ainda que seria aceitável a idealização de “um espaço de vida social e de trabalho intermediário entre as esferas do Estado e do mercado”, onde se identificaria o espaço social como “lugar de produção de riqueza e distribuição de riqueza, portanto, como mais um espaço econômico, isto é, lugar de geração de emprego e renda”. De tal modo, para o autor, iniciativas solidárias se vinculariam as demandas reais da sociedade, além de colocar em xeque a lógica financeira de maximização do retorno do capital investido.

Já o conceito de ES para Gaiger (2009), decorre das agitações sociais incitadas

pela Revolução Industrial, o que estimularia o associativismo como forma de gestão autônoma e democrática, com disseminando-se entre classes operárias e camponesas no século XIX na Europa. Dada essa leitura inicial Gaiger (2004, 2009) conceitua a ES como conjunto de iniciativas de agregação democrática de trabalhadores que visam rendimento econômico, qualidade de vida, institucionalização das classes sociais mais vulneráveis com o reconhecimento destas pelas esferas públicas e, atuação cidadã pela via do trabalho de modo a constituir um movimento social influente.

O termo Economia Solidária só ganhou expressão no Brasil nos anos 1990 no Brasil, à medida que diversas categorias sociais se organizassem em modalidades produtivas, e assim, disseminassem unidades informais de geração de renda, sistemas locais de troca, associações de produtores e consumidores, comunidades produtivas autóctones, cooperativas voltadas à produção de bens e à prestação de serviços, caracterizando as iniciativas econômicas de natureza associativa e práticas de cooperação e autogestão (GAIGER, 2013, p.212).

Devido as críticas ao sistema de produtivo capitalista, sobretudo ao modelo exploratório a este associado, segundo Singer (2002), houve a necessidade da criação de mecanismos econômicos com novo formato e mais próximos ao modelo cooperativo. Conseqüentemente, de acordo com o autor, esta nova formulação deveria aumentar a atenção as dimensões ambiental, cultural e social, para o desenvolvimento de novos modos de consumo e produção.

O novo formato econômico delineado acima, na percepção de Singer (2002), configuraria a ES, posto que está para o autor, torna-se alternativa que coexiste com o próprio sistema hegemônico, fornecendo meios para o desenvolvimento sustentável. Mais profundamente Singer (2002), concebe a ES como modelo de organização da produção, da distribuição e do consumo, estruturado sob a igualdade de direitos e responsabilidades de todos.

Singer (2002) destaca características da ES tais como: autogestão, autonomia de cada unidade ou empreendimento e a igualdade entre os participantes ou membros. Ou seja, para o autor a ES incentiva a refletir e a acreditar noutra conformação da economia, onde a “solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.”

Resumidamente a concepção de ES baseando-se nos entendimentos de França Filho (2012 b), Gaiger (2004, 2009) e Singer (2012) é a conformação da possibilidade de consumo, distribuição e produção de riqueza, operando na geração de trabalho e renda em dado território sob a igualdade de direitos e responsabilidades dos atores que detêm os meios de produção. Mas, que harmonicamente e solidariamente dividem renda, incluem sujeitos excluídos do mercado de trabalho, por meio de associações e práticas de cooperação e autogestão.

2.2 Empreendedorismo Social

Para Filion (1999 *apud* ONOZATO e RIVANDA, 2013, p. 49) há imprecisão quanto à definição do termo empreendedorismo gerando divergência sobre seu entendimento. Segundo o autor, há uma corrente que associa o empreendedor com inovação destacando-se dentre seus defensores Richard Cantillon, que inclusive é o primeiro a explicar a função empreendedora. E, Jean Baptiste Say, economista que associa o papel inovador a disposição de assumir riscos, desde que aufera chances de lucros aos empreendedores.

A segunda corrente, ainda de acordo com Filion (1999 *apud* ONOZATO e RIVANDA, 2013) é a comportamentalista, destacando-se aspectos criativos e intuitivos. Características estas que para Baggio e Baggio (2014, p. 26) colaborariam para o comportamento proativo do empreendedor diante de pontos que carecem de resolução. Ainda de acordo com Baggio e Baggio (2014, p. 26), o empreendedorismo consistiria no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio às oportunidades e aos riscos.

A assimilação do conceito de empreendedorismo e suas vertentes expostas acima pelo empreendedorismo social de acordo com Dees (2001) decorre das características intrínsecas e comuns aos dois tipos de empreendedorismo. Contudo, Silva e, Mota e Borges *et al.* (2012, p.106) entendem que as características relacionadas ao empreendedorismo social e sua finalidade básica englobam os trabalhos realizados pelo empreendedor social, que objetiva a maximização dos retornos sociais.

O empreendedorismo social, de acordo com SILVA *et al.* (2012, p. 109), indica tendências e soluções inovadoras de modo a inspirar e engajar pessoas a trabalharem coletivamente, na solução de problemas sociais e ambientais desconhecidos ou entendidos em perspectiva diferenciada. Grenier (2006, p. 121 *apud* CRUZ, 2012, p. 18) observa que o campo do empreendedorismo social “não é composto apenas por empreendedores sociais individuais, mas também por outras organizações e iniciativas que ajudam na promoção do empreendedorismo social”, fato este descrito por Bornstein (2007):

O empreendedorismo social não é sobre algumas pessoas extraordinárias salvando o dia para todo mundo. No seu nível mais profundo, trata-se de revelar possibilidades que estão atualmente invisíveis e liberar a capacidade dentro de cada pessoa para remodelar uma parte do mundo. Ele não requer uma educação de elite, o que exige é uma bagagem.

2.2.1 Empreendedorismo Social Solidário

Silva *et al.* (2012, p. 11) propõem que o Empreendedorismo Social Solidário evolua de forma a integrar politicamente as esferas públicas governamentais e não-governamentais, devem estas gerar a fomentar a participação cidadã e a democratização no debate da coisa pública, servindo assim como catalisador da

cooperação, com o fortalecimento da fraternidade e da solidariedade.

Gaiger (2003) relata os empreendimentos econômicos solidários podem se apresentar na forma de associações, cooperativas, grupos de produção e empresas autogeridas combinadas com atividades econômicas e ações educativas e culturais. Valorizando o compromisso com coletividade social em que se inserem, exibindo, portanto, alternativas a lógica mercantil capitalista.

O papel da autogestão e da cooperação nas mudanças no mundo do trabalho, de acordo com Gaiger (2003b), é de demonstrar que as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas frente ao modo de produção capitalista, mas, opostas à forma social de produção assalariada onde o capital emprega o trabalho, sendo no caso dos empreendimentos solidários os trabalhadores é que empregam o capital.

2.3 Políticas Públicas em Economia Solidária

Há diferentes acepções de política pública na literatura especializada o que denota vieses tal como o social defendido por Peters (1986), que entende esta como somatória das atividades dos governos que operam direta ou indiretamente de maneira a influenciar a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006).

Ainda na linha social da concepção de políticas públicas, Bucci (2006) aprofunda a definição, agora descrevendo políticas públicas como programas de ações governamentais que articulam os meios estatais disponíveis e as atividades privadas para a consecução de objetivos e interesses públicos, desde que socialmente relevantes e politicamente determinados.

Tomando-se como base a definição de Bucci (2006) sobre políticas públicas, entende-se o relato de Silva (2010 apud NAGEM e SILVA, 2013, p. 162) sobre o denominado Programa de Economia Popular Solidária (Ecopopsol) do governo do estado do Rio Grande do Sul (1998-2002) e que é considerado pioneiro no país como estratégia de política pública em ES, constando entre seus principais eixos: a aprendizagem em autogestão; a capacitação profissional; o financiamento adequado; a comercialização; e a incubação de empreendimentos solidários.

Contudo, para Lima e Souza (2014, p.160) o movimento de ES fortaleceu-se e ganhou espaço nas políticas públicas apenas em governos ditos progressistas nos âmbitos municipal, estadual e federal, depois da criação de Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no ano de 2003, no início do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Por sua vez, Schiochet (2009, p. 57) indica que a ES promoveu iniciativas de desenvolvimento de instrumentos de geração de renda e coesão social. Assim sendo, segundo o autor, a decorrência natural seria para o enfrentamento das questões sociais ativamente pelo Estado, por meio da instituição de políticas públicas que compusessem equipes qualificadas de gestores em ES, alocação de recursos, e a integração do Estado

à economia das comunidades.

Quanto a continuidade de projetos de geração de renda em ES Alcântara (2014, p. 143) destaca a regulamentação como forma de fixar diretrizes e instituir políticas de Estado. Opinião semelhante a de Ortizoga (2014, p. 250), quando este explicita que a implantação de políticas públicas permanentes com vistas ao desenvolvimento local e regional contínuo, devem ser voltadas à permanência e a efetivação dos projetos e programas de trabalho e renda por meio de experiências em ES.

Ainda que o precursor da ES no caso brasileiro tenha sido um estado, Alcântara (2008) considera que a tendência é de crescente na municipalização e responsabilização das políticas públicas de emprego e geração de renda. Pois, a conformação entre políticas públicas e a governança pública municipal, no entendimento de Ortizoga (2014, p. 254), tem papel central na emancipação social e produtiva. Uma vez que, o estímulo a empreendimentos de ES em nível local faria sobressair nas comunidades potencialidades endógenas para o acréscimo de atividades produtivas solidárias.

Então, de acordo com Alcântara (2014, p. 141), por meio da oferta estatal de capacitação e assistência técnica, promover-se-ia a geração de um tipo de “massa crítica local”, que por seu turno, corroboraria na difusão da cooperação e da autogestão entre os capacitados. Contudo, o autor, destaca para que a “massa crítica local” seja consolidada, necessita-se que o programa de geração de renda garanta o desenvolvimento autônomo, qualificando sujeitos em atividades atraentes, para que ao final emancipem-se de projetos de ES.

A problemática da institucionalização das políticas públicas em ES está para além da questão governamental (SCHIOCHET, 2009, p. 58). Para o autor, a complexidade é verificável pelo caráter transversal, trajetória e a identidade destas políticas resultando “evolução em meio a políticas de trabalho e renda, de assistência social, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento econômico etc.”. Assim, a ES pelo ponto de vista de Schiochet (2009), a institucionalização das políticas públicas em ES devem levar em consideração a formação da agenda dos governos indiferentemente da esfera em análise.

2.3.1 Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários

Conquanto metodologias de incubação sejam distintas em função de organizações e objetivos, Cançado e Cançado (2009), indicam metodologia e características comuns, baseando-se nas premissas seguintes: realização de ações conjuntamente ao associado e não para o associado, de forma a não reduzir a autonomia do grupo incubado; fidedignidade de diagnósticos e medições na evolução da incubação; os processos de incubação variam de grupo para grupo; o *feedback* apresentado ao grupo deve subsidiar a reflexão e potencializar a exposição de soluções a problemas identificados, ou mesmo corroborar para melhorar a incubação como um todo.

Ainda que as incubadoras sociais sejam um grupo específico dentro do universo de incubação, estas de acordo com Calbino e Paula (2013), extrapolam a concepção habitual. Porquanto, os processos destas ofertam mais do que o simples apoio técnico-jurídico como forma de ampliar as chances econômica dos empreendimentos ou lhes garantir sustentabilidade. As incubadoras sociais, para além da geração e renda, detêm caráter político e fomentam a mudança social e através de transformações das relações de trabalho e conseqüente geração de renda.

A incubadora de projetos de gestão social e os atores de gestão social compartilhada, de acordo com Moretto Neto, Garrido e Juste (2011), incluem mecanismos básicos para o fomento do empreendedorismo no campo da administração pública. E, neste caso, segundo os autores as diversas esferas públicas e universidade têm proeminente papel de agente formador, capaz de incentivar a educação, à inclusão social e à cidadania. Assim como, a ES abre espaço para novas formas de articulação entre Estado, sociedade civil organizada e mercado (MORETTO *et al.* 2011).

Dentre as possibilidades de articulação proposta por Moretto *et al.* (2011), está a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da Prefeitura Municipal de São Paulo (IPEES) que foi instituída pela lei municipal n. 15.764, de 27 de maio de 2013 e faz parte da Coordenadoria de Participação Social e Gestão Estratégica, localizada no Centro Público¹ na região do Cambuci.

A implantação dos empreendimentos econômicos solidários (EES) na IPEES de acordo com Fanti (2014) é dividida em duas fases. A primeira é por sua vez particionada em: pré- incubação organizada em sensibilização; mobilização e capacitação de potenciais das pessoas ou grupos a serem incubados. E, a segunda fase que objetiva ampliação de grupos, firmação e promoção de iniciativas geração de trabalho e renda pautadas pelos princípios e valores do cooperativismo em ES.

Resumidamente a ES segundo França Filho (2012 b), Gaiger (2004, 2009) e Singer (2012) é uma prática em que os trabalhadores empregam o capital em associações, aplicam práticas de cooperação e de autogestão de maneira solidaria, para que se gere trabalho e renda, incluindo-se pessoas ao mercado de trabalho.

Mas, para que a prática produtiva em ES se torne viável há a necessidade da institucionalização das políticas públicas e a inserção destas no debate nas agendas públicas nas três esferas governamentais (SCHIOCHET, 2009, p. 58). É neste espaço de debate que se identifica a relevância do projeto da IPEES. Pois, demonstra-se a

1 [...] teria a função de promover eventos, oficinas, seminários e atividades culturais para fortalecer a interlocução entre os empreendimentos e a sociedade, de modo a articular e potencializar as iniciativas de fomento à ES, direitos humanos e trabalho decente no município, tendo como função a promoção de eventos, oficinas, seminários e atividades culturais para fortalecer a interlocução entre estes empreendimentos e a sociedade. O Centro Público é um equipamento que cumpre a etapa de organizar os grupos de forma individual (cooperativa), ou agrupar-se em redes, com a finalidade de vender seus produtos em maiores quantidades. Além disso, deve incentivar a inclusão social e profissional de grupos em situação de vulnerabilidade, em especial LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros); população em situação de rua, mulheres, jovens, migrantes, imigrantes e idosos. (FANTI, 2016, p. 24)

viabilidade e a responsabilidade estatal como fomentador de EES e destes como meio de inclusão social, de geração de emprego e renda, e da emancipação de sujeitos.

3 | METODOLOGIA

Como forma de atingir seus objetivos, o trabalho aqui exposto aplicou o método de pesquisa exploratória descrita por GIL (1999) como “pesquisas que objetivam proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, no caso com variáveis qualitativas.

Tendo em vista a complexidade e a subjetividade do tema deste estudo optou-se pela análise de dados primários, escolheu-se a entrevista em profundidade como instrumento de coleta de dados. Alternativa está alinhada ao entendimento de Gil (1999), quando este indica que entrevistas em profundidade, colaboram para o esclarecimento de fatores inconscientes e por serem flexíveis, possibilitam a harmonização destas a diferentes entrevistados, proporcionando maior nível de acurácia da pesquisa.

Baseando-se na ideia anterior, aplicou-se um roteiro semiestruturado composto por perguntas abertas focadas. Uma vez determinada a forma e o instrumento de coleta de dados, agendou-se para o segundo semestre de 2016 a entrevista com o gestor público responsável pela implantação da IPEES. Permitindo a gravação da entrevista em formato de áudio MP3 com duração de duas horas e trinta minutos e, posterior transcrição e análise do conteúdo como detalhar-se-á no tópico procedimentos de análise e Interpretação dos dados.

Salienta-se também que anterior a aplicação da entrevista com o gestor, consultou-se a legislação pertinente a IPEES, assim como, bibliografia acadêmica pertinente, objetivando apreciar a organização em sua estrutura hierárquica e funcional, permitindo a identificação da pessoa com maior responsabilidade na IPEES.

4 | PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Visto que ainda há exígua literatura na área de EES assim como é recente tanto o Centro Público paulistano e a Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários da Prefeitura de São Paulo (IPEES), optou-se por construir um roteiro de perguntas abertas a baseando-se no trabalho de Priscila Macedo Etchebest do ano de 2013, intitulado “Empreendedorismo social: um estudo de caso na incubadora de projetos de engajamento social Engage”.

Ajustando-se as perguntas ao contexto do objeto a ser estudado aplicou-se um total de dezoito questões abertas a coordenadora pedagógica do projeto da IPEES, sendo que este questionário semiestruturado foi então subdividido em três blocos: a) história do gestor na IPEES; b) a situação atual da IPEES e; c) aspectos gerais e

característicos da IPEES.

No primeiro bloco a título de exemplo questionou-se a gestora do projeto o seguinte “Qual é a sua função dentro da incubadora de projetos econômicos sociais?”. Dentre as quatro perguntas do segundo bloco selecionou-se as seguintes questões: “Quais são os principais parceiros e apoiadores da Incubadora de Projetos Econômicos Sociais” e “Como está disposta a estrutura organizacional Incubadora de Projetos Econômicos Sociais?”.

No último bloco do roteiro da entrevista, formado por onze questões destacam-se três expostas a seguir: “Como você define a Incubadora Pública de Empreendimentos Sociais Solidários como organização pública?”; “Utilizam-se medidas quantificáveis de desempenho, como indicadores sociais?”; e “Qual é a visão da Incubadora Pública de Empreendimentos Sociais Solidários sobre o processo de criação de valor social, levando-se em conta seu portfólio atual de projetos?”.

A forma como estruturou-se o roteiro de perguntas, possibilitou a interpretação e a análise os dados colhidos na entrevista, e posterior transcrição e categorização dos mesmos. O que permitiu o aprofundamento da compreensão e da interpretação dados coletados na entrevista em profundidade, gerando informações relevantes e identificação de tópicos de análise, e possibilidade de confrontar as respostas dadas com o referencial teórico, sobretudo o relacionado as políticas públicas.

5 | RESULTADOS/ANÁLISES

O primeiro ponto identificado na entrevista é de que a coordenadora pedagógica do projeto da IPEES já trabalhou na incubadora da Universidade de São Paulo (USP) desde sua fundação junto com Paul Singer, um dos ícones em ES no país. Além desta experiência salutar, a entrevistada foi pesquisadora no Núcleo de Economia Solidária da mesma instituição, o que denota o cuidado pelo poder público municipal em reunir pessoas com experiência e capacitação adequada para o projeto da incubadora pública social e destaca que “esta experiência diferencia-se da USP, pois há a autogestão”.

O esmero na seleção dos colaboradores do projeto da IPEES é identificável pela modalidade de escolha dos contratados, o edital público. Dado este que colabora para a estruturação não-hierarquizada e preconizada na concepção desta incubadora pública, e destacado por Singer (2002) no trecho “igualdade entre os participantes ou membros”, situação está que auxilia o gestor referente a qualificação de seus colaboradores.

A entrevistada destaca que no caso da definição dos grupos a serem incubados passam necessariamente pelas fases de mobilização, sensibilização, pré-incubação, incubação e pós- incubação, semelhante a classificação de Fantini (2014). Esta estruturação teórica é aplicada na IPEES, tanto que há uma seleção de projetos econômicos solidários a serem incubados, e, neste sentido o gestor analisa e averigua

a viabilidade do grupo e do projeto avançarem, assim como, avalia a capacidade destes introjetarem a concepção e as nuances de um EES.

Aprofundando-se no aspecto da experiência das pessoas responsáveis pela IPEES na entrevista, identificou-se nas falas da coordenadora pedagógica, que muitos dos colaboradores do projeto são provenientes das incubadoras da USP e da Prefeitura do Município de Osasco, quanto a esta última a coordenadora lembra que “nós aplicamos algumas das metodologias da incubadora de Osasco, e a aperfeiçoamos e sistematizamos, pois, a metodologia precisa avançar”.

No parágrafo anterior o entendimento do gestor é que a experiência acumulada dos colaboradores é um ponto a favor da IPEES, ainda que estes possuíssem singularidades tanto de estrutura quando do perfil de pessoal, sendo assim, um agregador de informações para a consolidação e avanço metodológico da incubadora, de maneira que está também se coloque como uma experiência adaptada as demandas de serviços e produtos tanto dos incubados, quanto do mercado consumidor deste tipo de produto.

A entrevistada adverte que ainda que parte dos colabores detenham experiência com incubadoras, há a necessidade de reuniões semanais com o uso de práticas pedagógicas ativas. Tais como jogos cooperativos, dinâmicas de grupo e leituras coletivas solidarias entre os componentes do grupo, para que se consolide o alinhamento conceitual frente a conjuntura social dos grupos incubados.

Seguindo a tendência de inclusão e de diversidade que é intrínseca a uma política pública em ES, o perfil dos educadores contratados por edital público optou por duas categorias. A primeira formada por pessoas com experiência em trabalhos sociais e graduadas (educador 1), e uma segunda categoria de colaboradores, onde não é obrigatório o ensino superior (educador 2), mas, é necessária experiência em ES e/ou projetos sociais identificada na fala “experiência por exemplo na periferia ou educação popular, ou seja, temos um grupo bem diverso”. Tal categorização foi assim instituída para que não se repetisse o modelo de incubadoras universitárias, onde os contratados geralmente são alunos e os coordenadores docentes, e, portanto, diminuindo a diversidade de pessoas e ideias.

A entrevista em diversos pontos tocou na questão da diversidade e representatividade social dos incubados como na fala “mulheres negras, mulheres brancas, homens negros, homens brancos, pessoas com perfil mais acadêmico e pessoas com perfil mais prático, há uma diversidade bem grande e bem legal aqui na incubadora”. Contudo a coordenadora pedagógica adverte que no caso das mulheres, os parceiros cobram destas a responsabilização exclusiva sobre a educação de filhos menores.

A IPEES também se articula com as secretarias e as coordenadorias do município, as organizações da sociedade civil que tratem dos interesses de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT) como da organização não governamental Transcidadania. Além de atentar-se com a geração de trabalho e renda em ES a

grupos socialmente vulneráveis como população de rua (FANTINI, 2014).

Como é perceptível a IPEES coloca-se como política social, visto que, o espaço e a intenção do projeto é a emancipação dos incubados com a geração de emprego e renda. Então, a incubadora é o espaço de construção de soluções ativas entre os incubadores, os colaboradores da IPEES e o prefeitura paulistana. Cada qual com seu papel, interesse e vontade em transcender a situação de vulnerabilidade social, econômica ou limitações no campo do gênero e raça, consolidando desta maneira o entendimento como política social de emancipação.

Reforçando o entendimento anterior, Gaiger (2003) relata que EES se apresentam como redes solidárias com a combinação de atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural autogeridas. Tomando-se a acepção do autor a IPEES, fomentaria a criação de cooperativas e redes cooperação, disponibilizando “assessoria jurídica, de *design* de produtos” e, contribuiria para a criação de planos de gestão.

Adicionalmente, a IPEES garante a exposição dos produtos em espaços de grande circulação como os mercados públicos e praças da região central paulistana como indicado no trecho da entrevista “mercado municipal, mercado de pinheiros, praça Benedito Calixto”, para que estes funcionem como pontos de comercialização dos grupos incubados. Mas, sempre valorizando o compromisso com a coletividade e reforçando a ideia de economia solidária como alternativa a capitalista.

Constatou-se também na entrevista a coordenadora pedagógica da IPEES que afora a questão produtiva e geração de trabalho e renda. É transversal ao projeto a leitura social, sustentabilidade, comércio justo e desenvolvimento local. Ou seja, a política pública em ES em curso no município de São Paulo, aponta para empreendimentos que estruturam pessoas fato esse identificado quando a coordenadora indica a parceria entre a IPEES e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, para que se valorize a criatividade e a capacidade de opinar dos cooperados.

Assim, os empreendimentos econômicos solidários incentivados pela IPEES contribuem para a distribuição mais homogênea de renda sobretudo quanto ao gênero, pois, segundo a “grande parte da economia solidária são as mulheres que participam mais, eu acho que, pois, tem um tem trajetórias diferentes das dos homens. Pois, param de trabalhar para cuidar dos filhos”.

6 | CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se os dados coletados na entrevista junto a coordenadora pedagógica da IPEES, e os integrando ao referencial teórico conclui-se que a incubadora pública já presta relevante papel social. Já que, traz ao debate o papel do Estado como fomentador de EES, e no empoderamento de grupos historicamente excluídos pela valorização social do trabalho, o estímulo a criatividade em cooperativas solidárias, o enaltecimento da questão de gênero no campo do trabalho, e a difusão da sustentabilidade em seus

diversos aspectos.

Outro ponto que merece destaque é o processo de tomada de decisão na IPEES, pois, há uma complexa relação entre a burocracia municipal e a estrutura organizacional horizontalizada da IPEES. A primeira é tipicamente hierarquizada e executada por agentes públicos governamentais, já a segunda possui natureza horizontalizada e é gerida por colaboradores de perfil mais técnico não necessariamente estatais, contudo, mantidos com recursos públicos. E, parte destes selecionados em função de sua experiência em ES.

Como explicado no parágrafo anterior a complexidade de se estruturar um projeto como a IPEES é intrínseca a um empreendimento governamental como este. Portanto, a experiência do gestor público conjuntamente com a opção por lançar editais de contratação diferenciados quanto a formação superior de educadores e a articulação inter e intragovernamental, gerou uma rede estratégica e colaborativa. Dando sustentabilidade técnico-política ao projeto, ainda que a instabilidade político-eleitoral gere riscos a manutenção de projetos deste tipo.

Constata-se que a administração pública, aqui identificada como a Prefeitura do Município de São Paulo, é seminal por disseminar, fomentar e articular entre vários atores políticos a concepção da IPEES. Por parte do legislativo, há também entendimento da importância da ES, tanto que tramita na câmara paulistana um projeto-de-lei que reserva 30% das compras públicas a produtos/serviços gerados pela ES.

O estudo detectou a necessidade da criação de indicadores de evolução desta política pública em ES e seus impactos sobre a geração trabalho e renda. Sendo assim aconselhável a pesquisas de monitoramento o aperfeiçoamento teórico nestas áreas, para que se averigüe futuramente a efetividade deste projeto ou análogos.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. Campo Grande, **Interações**, vol.15, n.1, jan./ju. n. 2014.

ALVES, J. N.; FLAVIANO, V.; KLEIN, L. L.; LOBLER, M. L. A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. Rio de Janeiro, **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, abr./jun. 2016.

BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014.

BORNSTEIN, D. **How to change the world: social entrepreneurship and the power of ideas**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BRASIL. Prefeitura Municipal de São Paulo. **Lei nº 15.764**, de 27 de maio de 2013. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.a_sp?alt=28052013L%20157640000>. Acesso em: 07 set. 2016.

BUCCI, M. P. D. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002. CALBINO, D.; PAULA, A. P. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte.

Revista Gestão Contemporânea. Porto Alegre, ano 10, n. 14, p. 371-397, jul./dez. 2013.

CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G. **Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho**. 2. ed. Palmas: Futura, 2009.

CRUZ, G. As duas faces do empreendedorismo social. **RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v. 5, n. 1, p. 9-20, 2012.

FANTI, M. O Pão Compartilhado. **República**. Ano 5, ed. 23, jan. 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. A perspectiva da economia solidária. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002a.

_____, G. C. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação**. In: FRANÇA FILHO, G. C. & LAVILLE, J. Ação Pública e Economia Solidária: Uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002b.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da Ites/UFBA. **Organização e Sociedade**, v. 16, n. 51, 2009.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, jun. 2013.

_____, L. I. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, A. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, p. 135-143, 2003a.

_____, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez., p. 181-211, 2003b.

_____, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p.799-834, 2004.

_____, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, mar. 2009.

_____, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. Outra economia, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2011.

_____, L. I. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 57-77, 2007.

_____, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, v. XXI, n. 2, p. 513-545, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, J. C.; SOUZA, A. R. Trabalho, solidariedade social e economia solidária. São Paulo, **Lua Nova**, n. 93, p.139-168, 2014.

MORETTO NETO, L. M.; GARRIDO, P. O.; JUSTE, C. E. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. Rio de Janeiro, **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p. 828–845, set. 2011.

NAGEM, F. A.; SILVA, Sandro P. S. Institucionalização execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

ONozATO, E.; RIVANDA, M. T. Empreendedorismo Social e a Criação de uma Organização do Terceiro Setor: o estudo de caso da aliança empreendedora. Santa Cruz do Sul, **REDES**, v. 18, n. 1, p. 43-66, jan./abr. 2013.

ORTIGOZA, S. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 6, p. 241-257, dez. 2014.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____, P. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho**, n. 39, p. 42-48, mai. 2009.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. *In*: Economia solidária e políticas públicas. **Ipea**, n. 40, 2009.

SILVA, F. P. S.; MOTA, L. S.; BORGES, R. A. S. B.; COUTO, T. S. C.; SILVEIRA, T. C. Empreendedorismo Social. **Revista Científica FacMais**, v. 2, n. 1, 2012.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

